

**SABERES TRADICIONAIS E TERRITÓRIOS: OS IMPACTOS DOS GRANDES
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS NA PERPETUAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-205>

Data de submissão: 18/01/2025

Data de publicação: 18/02/2025

Marta Helena Szadkoski

Doutoranda em Integração Contemporânea da América Latina
Instituição: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Endereço: Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil
E-mail: m.h.szadkoski@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/1034361124671052>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1466-4505>

Senilde Alcantara Guanaes

Doutora em Ciências Sociais
Instituição: Universidade Estadual de Campinas
Endereço: Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil
E-mail: senilde.guanaes@unila.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/2225216853257039>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7173-3875>

Alessandra de Sant'Anna

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Doutoranda em Integração Contemporânea da América Latina
Instituição: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Endereço: Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6568853995964458>
E-mail: asa.saberes.ical@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4762-7022>

Luciana Furlanetto Pereira

Doutoranda em Integração Contemporânea da América Latina
Instituição: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Endereço: Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil
E-mail: lufurlanetto@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4359854623043927>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4287-6126>

Suzana Mingorance

Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina
Instituição: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Endereço: Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil
E-mail: suzana.mingorance@unila.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/2004566041837819>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2635-3464>

Jocineia Medeiros

Doutoranda em Educação em Ciências e Educação Matemática

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Cascavel (UNIOESTE)

Endereço: Cascavel - Paraná, Brasil

E-mail: jo4medeiros@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2701204991323650>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8184-1001>

Francielie Moretti

Mestra em Literatura Comparada

Instituição: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Endereço: Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil

E-mail: francielie.moretti@unila.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/0690694401022074>

<https://orcid.org/0009-0009-1558-564X>

Aroldo da Silva Tavares

Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Endereço: Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

E-mail: professoraroldotavares@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6627759232681237>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6633-7063>

Wilson Garcia Pereira Junior

Doutorando em Engenharia e Tecnologia Ambiental.

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Endereço: Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

E-mail: garciaguibor@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1746884421002322>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3911-5980>

Aristides Samuel Machavane

Mestrando em Sociedade, Cultura e Fronteiras

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Endereço: Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

E-mail: areitidesmachavane@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3081480171709098>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0234-4611>

Adriano Krul Bini

Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Endereço: Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

E-mail: adriano16bini@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/3667484790688530>

RESUMO

Este artigo analisa os impactos dos grandes empreendimentos econômicos sobre os territórios tradicionais, com ênfase na dimensão dos saberes tradicionais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica no campo das Ciências Sociais, para investigar a interdependência entre território e conhecimentos ancestrais. Examinar como essas iniciativas afetam as comunidades locais, comprometendo a transmissão e a preservação de saberes tradicionais. Argumenta-se que a manutenção dos territórios é fundamental para garantir a continuidade dessas práticas e conhecimentos, essenciais para a identidade e resistência dessas situações. Além disso, destaca-se a necessidade de um diálogo interepistêmico, que reconheça e valorize diferentes formas de conhecimento, contribuindo para a superação da colonialidade. Conclui-se que o reconhecimento e a proteção dos territórios tradicionais são estratégias indispensáveis para fortalecer a diversidade epistêmica e garantir a sustentabilidade cultural e social dessas comunidades.

Palavras-chave: Território. Saberes tradicionais. Preservação. Empreendimentos.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca explorar os efeitos dos grandes empreendimentos sobre os territórios tradicionais, com um foco especial na dimensão dos saberes tradicionais. A relação de pertencimento dos povos indígenas com seus territórios é um aspecto fundamental para a compreensão de suas culturas, saberes e modos de vida. Os territórios indígenas não são meramente espaços geográficos, eles são o alicerce da identidade cultural, espiritual e epistemológica dessas comunidades. A preservação dos territórios tradicionais é crucial, pois é nesse contexto que os conhecimentos são praticados, transmitidos e renovados. Portanto, é essencial compreender o conceito de território para aprofundar a análise sobre os saberes tradicionais e suas interações com o ambiente.

Milton Santos (2006) enfatiza que as ciências sociais e a geografia consideram o território um espaço construído pelas relações e práticas sociais. De acordo com esta perspectiva, o território é uma estrutura social que é conectada por redes materiais e imateriais que conectam pessoas, bens, serviços e dados. Por outro lado, as ciências naturais consideram o território como um local habitado por seres vivos, caracterizado por biomas e ecossistemas.

Como afirma Haesbaert (2010), essas concepções complementares nos ajudam a compreender melhor a complexidade e a multifuncionalidade dos territórios, especialmente quando considerados a partir de uma perspectiva descolonial e latino-americana. Abre espaço para compreender diferentes cosmologias expressas nas sociedades que ocupam os territórios, as quais demonstram novas formas de conhecer, viver e interpretar a realidade.

Para os povos indígenas, o território engloba elementos biológicos, humanos e espirituais. Autores como Arturo Escobar (2008) destacam que o território indígena é uma entidade complexa com múltiplas conexões e costumes que formam uma comunidade de energia. As práticas cotidianas adquirem um significado ritualístico nesse contexto, refletindo uma perspectiva mais ampla do mundo. Esta ideia confronta os conceitos ocidentais de território, que normalmente o consideram apenas um recurso monetário. Para os povos indígenas, o território é um espaço de existência, identidade e relação com o cosmos, e é fundamental para preservar seus conhecimentos e estilos de vida tradicionais.

A metodologia deste estudo é essencialmente qualitativa, caracterizando-se por uma revisão bibliográfica detalhada e crítica. Foram selecionadas obras que abordam a temática dos saberes tradicionais, a relação com o território e os efeitos dos grandes empreendimentos econômicos. A abordagem exploratória permitiu uma investigação flexível e adaptativa, essencial para captar a complexidade e a especificidade dos contextos estudados, garantindo que o leitor compreenda integralmente o escopo da pesquisa e o que será abordado e avaliado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERRITÓRIO E SABERES TRADICIONAIS

Os conhecimentos dos povos indígenas estão intrinsecamente ligados ao território que ocupam. Este vínculo é mais do que físico; é cultural, espiritual e epistemológico. Nele, imanência e transcendência (Husserl, 1982) são dimensões da vida social na comunidade. A manutenção desses saberes depende diretamente da preservação dos territórios tradicionais, uma vez que é no cotidiano desses espaços que o conhecimento é praticado, transmitido e renovado. Antes de adentrarmos no território indígena especificamente, é fundamental compreender o conceito de território.

2.2 TERRITÓRIO

Nas Ciências Humanas, o conceito de território está relacionado à geografia e ao espaço onde os humanos interagem socialmente em grupos, já para as Ciências Naturais o território é descrito como um habitat, para biomas ou ecossistema de seres vivos. Nas Ciências Sociais, o território é o lugar da ação social e de múltiplas manifestações da coletividade.

Nesse sentido, vale destacar os trabalhos desenvolvidos por autores que abordam a relação intrínseca entre território e sociedade. Milton Santos, por exemplo, define território como um espaço usado, moldado pelas práticas e relações sociais que nele ocorrem. Assim, o território é uma construção social que reflete as interações entre os diversos atores sociais e as condições materiais e imateriais presentes no espaço (Santos, 2006). O autor destaca que várias redes conectam os territórios, interligando pessoas, bens, serviços e informações. Essas redes podem ser tanto materiais (como estradas e infraestrutura) quanto imateriais (como fluxos de informação). Para entender como os territórios se articulam e se desenvolvem no sistema global, é necessário compreender essas redes.

Em seus estudos, Gottman (2012) aponta que a evolução do conceito de território passou de pensamento geopolítico, para um pensamento econômico e social. Este autor destaca que o “território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo” (Gottman, 2012, p.1). Para Saquet, a evolução dos territórios depende de como a sociedade se reorganiza (Saquet, 2007).

De acordo com a perspectiva de Raffestin (1993), o território é resultado da apropriação social por sociedades, em vez de apenas do poder estatal. O autor enfatiza, que se trata de “um espaço onde se projetou o trabalho [...] é a prisão que os homens constroem para si” e ainda, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p.144).

Pelo viés da antropologia, o conceito de território está intrinsecamente ligado às identidades culturais e sociais dos povos. Segundo Bonneimason (2002), o território é um tipo de relação cultural

e afetiva com uma terra. É tanto um espaço social quanto um espaço cultural, pois está relacionado tanto à função social quanto à função simbólica. A cultura e o território estão intrinsecamente ligados. Um território é criado pela existência de uma cultura, e a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço é fortalecida e expressa por meio disso.

A ideia de cultura, traduzida em termos de espaço, não pode ser separada da ideia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço. Além disso, é no território que é formada a identidade individual, social e cultural. Para o autor, os pesquisadores devem:

Procurar compreender a concepção de mundo que existe no coração do grupo ou da sociedade que estejam estudando. Isso, menos pelo estudo da representação cultural em si mesma, mas, sobretudo pelo estudo de suas expressões espaciais. Trata-se aí de reencontrar os lugares onde se exprime a cultura e, depois, a espécie de relação secreta e emocional que liga os homens à sua terra e, no mesmo movimento, funda sua identidade cultural" (Bonneimason, 2002, p.103).

Recentemente vem se tratando o território sob uma ótica latino-americana e descolonial (Haesbaert, 2021). Nesse sentido, busca enfatizar os diálogos e contrapontos em relação às abordagens territoriais europeias e eurocêntricas. Dentre as especificidades analisadas são mencionadas:

- a) um conceito ampliado de território – e, consequentemente, de poder, como já foi comentado –, chegando até mesmo a aparecer como sinônimo de espaço social ou geográfico, como encontramos em alguns momentos da obra do geógrafo Milton Santos (1996), e a ser concebido como “território integral de vida” (incluindo a dimensão natural) na ação prático-política de grupos indígenas da Amazônia peruana;
- b) a difusão do conceito de território não apenas enquanto categoria analítica, no campo intelectual, mas também como categoria da prática (ou nativa), especialmente através de movimentos de resistência na “luta por terra e por território”, como no movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), entre os povos originários e afrodescendentes (“povos tradicionais” no Brasil), sem falar nas periferias urbanas onde território passou a ser uma ferramenta de identificação e luta;
- c) a concepção de corpo-território, presente sobretudo no movimento feminista de bases indígenas, em que o corpo passa a ser, dependendo do ponto de vista, o último e/ou o primeiro espaço a ser defendido, utilizado também como instrumento de luta política na medida em que, notadamente para as mulheres, é objeto de violência física e moral; pode estender-se do corpo individual ao próprio corpo da terra (como entre os indígenas wayuu da Venezuela);
- d) a noção de multi ou transterritorialidade (Haesbaert, 2004 e 2021), vinculada à articulação (por sobre ou justaposição) de múltiplos territórios, onde o trânsito entre eles (inclusive no sentido de territórios legais e ilegais) pode constituir uma estratégia de sobrevivência (como na busca por reconhecimento da condição de povos transterritoriais pelos indígenas guaranis da fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia-Argentina);
- e) a desterritorialização vista sobretudo como precarização territorial (Haesbaert, 2004), a força desses processos vinculada à exclusão social e fragilização dos territórios, enfatizando uma leitura social da desterritorialização pouco assinalada no contexto dos chamados países centrais e que, num contexto econômico neoextrativista como o latino-americano, significa também intensa devastação ambiental, a ponto de criar territórios excluídos ou interditados a qualquer usufruto social (Haesbaert, 2021).

Esta análise do território vista e praticada como um espaço "integral" e "de vida", pode ser entendida pelo fato de que, para muitos grupos no continente, a defesa do território é uma questão de sobrevivência. Enraizada em uma história prolongada de exploração, dominação e opressão, a defesa dos territórios se dá em sua totalidade, considerando suas múltiplas dimensões, visto que as relações (neo)coloniais de poder em jogo ameaçam a própria sobrevivência cultural dos grupos envolvidos (Haesbaert, 2021).

2.2.1 Território indígena

O território é fundamental para a sobrevivência e identidade cultural das comunidades indígenas. A caça, a pesca, a agricultura e a medicina tradicional e rituais são realizadas neste território, a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas é indispensável, pois sustentam os modos de vida tradicionais e os conhecimentos associados a eles (Garnello, 2012).

Dessa forma, a importância do território para os povos indígenas vai além dos recursos naturais, é também um recurso sociocultural, que possui dimensões sociopolítico-cosmológicas e, constituindo um espaço de produção, tradução e ressignificação dos saberes de cada povo (Ramos, 1986). Comentários relevantes são tecidos pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar, que caracteriza os territórios, através das dimensões biológica, humana e espiritual.

Estabelecem ligações entre os mundos (biológico, humano, espiritual; corpos, almas, objetos) os quais alguns têm interpretado como "uma vasta comunidade de energia" ou como uma teoria de todos os seres (humanos ou não) perpetuamente renascendo. O ritual é frequentemente integral à interação entre os mundos humano e natural. Uma atividade tal como a derrubada da floresta para o plantio poderá ser vista como reunindo moradores da vila, espíritos, ancestrais e as próprias colheitas ou seus deuses ou deusas correspondentes (Escobar, 2005, p. 36/37).

Nessa perspectiva, o território indígena assume uma dimensão que vai além da simples ocupação espacial e da utilização de recursos naturais. Conforme argumenta Arturo Escobar, os modelos locais de entendimento de território evidenciam um apego particular a uma entidade multidimensional, que resulta de múltiplas práticas e relações. Esse território é percebido como uma comunidade vasta de energia, onde se entrelaçam os conhecimentos biológico, humano e espiritual. Cada ação no território indígena carrega um significado profundo, refletindo uma visão holística e interconectada do mundo, onde os seres vivos se relacionam (Escobar, 2005).

Dessa forma, o território indígena é compreendido como um espaço de vida e de renascimento contínuo, onde as práticas cotidianas são rituais que reafirmam a ligação entre os habitantes e sua terra, entre os mundos visível e invisível. Essa concepção desafia as noções ocidentais de território, que frequentemente o reduzem a um recurso econômico a ser explorado.

Nessa perspectiva, em contraposição à lógica ocidental, para os povos indígenas o território configura-se como espaço de existência e resistência, no qual, após séculos de sucessivas invasões e perpetuação de violências, seguem reafirmando suas identidades e (re)estabelecendo suas cosmovisões, de modo a garantir a manutenção de seus saberes e modos de vida tradicionais.

2.3 SABERES TRADICIONAIS

Ao propor uma reflexão sobre os saberes tradicionais, buscamos dialogar sobre a riqueza das práticas inerentes aos povos indígenas. Os saberes tradicionais indígenas são como uma rede, interligada a aspectos sociais, políticos e culturais dessas comunidades. Os povos indígenas possuem processos próprios de organização que estabelecem as práticas de utilização dos recursos do seu território, estes são sustentados por saberes particulares, constantemente recriados e acumulados ao longo de milênios, formando uma base de conhecimento inestimável que guia suas interações com o ambiente salvaguardando suas culturas e modos de vida (Silva, 2011).

Segundo Santilli (2005) os saberes tradicionais, desenvolvidos e transmitidos por comunidades locais – indígenas ou não – seguramente, incluem, manejo de recursos naturais, conhecimentos sobre ecossistemas, práticas sustentáveis. No entanto, esses saberes vão além de atividades praticadas e úteis, englobam, em especial, a magia dos rituais e o simbolismo (Castro, 2000). Os conhecimentos não têm como objetivo dominar e explorar os recursos naturais como ocorre na perspectiva ocidental. Ao contrário, busca compreender a relação e os processos entre as diversas realidades.

Nos estudos de Gallois (2005) e Cunha (1999), os saberes tradicionais são importantes, não no seu conteúdo ou antiguidade, mas na forma como estes são produzidos e propagados, no contexto coletivo dessas populações em seu cotidiano. Diegues e Arruda (2001, p. 50) definem os saberes tradicionais como um conjunto de conhecimentos e habilidades sobre o mundo natural e sobrenatural, transmitidos oralmente de "geração após geração" que é historicamente replicado por ação compartilhada.

Conhecedores desses saberes, são envolvidos com as cosmologias articuladas ao meio ambiente onde vivem. O bem estar da comunidade precisa dessas relações estabelecidas com os ciclos e processos ecológicos vivenciados desde a antiguidade. Esses conhecimentos orientam a vida no dia a dia, promovendo um convívio saudável e equilibrado entre os seres, espaço e o cosmo (Silva, 2011).

Os povos originários, são conhecedores da natureza, manejando a flora e fauna. Desta maneira, conseguem sobreviver em diferentes biomas, climas, ao longo do tempo, acumulando um profundo aprendizado sobre os recursos naturais da região onde vivem (Batista *et al.*, 2020).

Os saberes tradicionais, mesmo gerando e orientando muitas das práticas sociais, não são

reconhecidos como ciência. Os conhecimentos dos grupos marginalizados pela sociedade, carregam saberes intitulados de “conhecimento popular”, assim demonstrando o distanciamento entre as ciências (Boscolo e Rocha, 2018). Esses conhecimentos abrangem uma compreensão profunda das plantas medicinais, técnicas de cultivo sustentável e práticas de manejo de florestas e rios, fundamentais para a sobrevivência e o bem-estar dessas comunidades.

Possuidores de um laço único com a natureza, os indígenas, administram suas terras de maneira sustentável e conservando a biodiversidade ao coproduzir, protegem a diversidade genética, de espécies e de ecossistemas em todo o mundo, acompanhando processos naturais, criando paisagens culturais com alta heterogeneidade de ambiente e desenvolvendo e restaurando ecossistemas combinando espécies selvagens e domesticadas (Garnett *et al.*, 2018).

A preservação da cultura e dos direitos dos povos indígenas é crucial não apenas para nossa própria dignidade e bem-estar, mas também para o benefício de toda a humanidade e para a construção de um mundo mais justo, equitativo e sustentável. Os povos indígenas representam uma riqueza cultural inestimável, com línguas, tradições, conhecimentos e práticas únicas. Proteger nossa cultura contribui para a diversidade cultural global e para a compreensão da complexidade da condição humana (Krenak, 2024, s/p).

Para Carvalho (2013) os povos tradicionais são considerados os guardiões da agrobiodiversidade devido a sua prática cotidiana de manusear ao manejar, selecionar, armazenar e compartilhar os recursos genéticos. Essa prática está relacionada, não somente com a atividade agrícola em si, mas com diversos outros elementos da vida social e cultural desses povos, baseados em conhecimentos adquiridos através da experiência que é transmitida da memória compartilhada com a comunidade (Barros, 2023).

Krenak (2023) destaca, que um dos grandes desafios relacionados ao meio ambiente, é:

o vasto conhecimento tradicional sobre ecossistemas, plantas medicinais, práticas agrícolas sustentáveis, entre outros, que os povos originários possuem. Esse conhecimento é valioso para a proteção ambiental e para o desenvolvimento de soluções para os desafios globais, como as mudanças climáticas. Os territórios indígenas abrigam ecossistemas importantes e biodiversidade significativa. A proteção dos direitos dos povos indígenas está intimamente ligada à proteção ambiental, pois frequentemente atuamos como guardiões da terra e dos recursos naturais (Krenak, 2023, s/p).

Historicamente, povos indígenas têm enfrentado marginalização e discriminação, resultando na perda de suas terras, recursos e direitos. A proteção de sua cultura e o respeito a seus direitos são essenciais para promover a justiça social e econômica e combater a desigualdade. Reconhecer e respeitar os direitos dos povos indígenas é também crucial para fomentar o diálogo e a colaboração construtiva entre diferentes grupos sociais e governo, na busca de soluções sustentáveis para os desafios enfrentados pela humanidade (Krenak, 2024).

2.4 EMPREENDIMENTOS E SEUS IMPACTOS

De acordo com Ailton Krenak (2023), “a primeira infraestrutura que uma nação deve considerar é seu território”, somente depois deve pensar em estrada, hidrelétrica etc. Para o autor, enquanto o Brasil continua tentando imitar países ricos, permanecemos uma imitação pobre de uma nação desenvolvida. Nossa vasto território, biodiversidade exuberante e riquezas naturais são invejadas por estrangeiros. No entanto, muitos brasileiros, especialmente aqueles com poder político e capacidade de articulação, demonstram uma falta de compreensão e valorização desse patrimônio. Essa situação representa uma tragédia, um desencontro entre a riqueza natural do nosso território, a Pachamama, e a mediocridade das autoridades e políticos que, ao invés de preservar nossas maiores riquezas, contribuem para a produção de pobreza (Krenak, 2023).

Os projetos de desenvolvimento afetam, em sua maioria, os povos indígenas, porque impactam no modo de vida, na cultura e nas relações dos povos com seu meio, modificando a relação que estabelecem com o território (Saulo e Brighenti, 2014). Ambos autores destacam o depoimento de Antonio, do Povo Apinajé de Tocantins, que relata o quanto as comunidades indígenas são muitas vezes surpreendidas,

com a chegada de máquinas para realização de obras para o “desenvolvimento do país”, centenas delas atingem as comunidades, que rapidamente vão assistindo matas transformarem-se em canaviais e sojais; rios transformarem-se em hidrelétricas; estradas e ferrovias rasgarem a terra; fios elétricos de linhas de alta tensão riscando o céu e, quando percebem, estão encurralados pelas obras (Saulo e Brighenti, 2014, p.12).

O setor elétrico tem se expandido para áreas indígenas, causando consequências significativas nos territórios. Entre elas estão: a relocação das comunidades para outras regiões, frequentemente causando descontinuidade em seus modos de vida; o alagamento de extensas áreas territoriais, incluindo locais sagrados como cemitérios tradicionais; e a diminuição da disponibilidade de caça e a redução das áreas de cultivo (Saulo e Brighenti, 2014). Ao mesmo tempo, as respostas aos impactos ambientais causados não contemplam dinâmicas capazes de restabelecer o quanto as comunidades perderam em formas e práticas ancestrais, gerando uma disruptão em seus modos de vida.

No Brasil, existem vários exemplos que podem ser citados, mas neste artigo vamos trabalhar com os povos Avá-Guaraní, em decorrência da construção da Usina hidrelétrica de Itaipu, no Paraná; e Juruna com a construção da Usina de Belo Monte no Pará.

Os povos originários que habitam a região Oeste do Paraná se identificam como Guarani ou como Avá – que na língua Tupi-Guarani significa “nós”, “gente”, “humano” (Alcantara *et al.*, 2019, p. 18). O território indígena possui grande importância simbólica, cultural, para esses povos tradicionais. Um dos primeiros assentamentos para realocação dos indígenas afetados pela Usina de

Itaipu foi o Ocoy. A área localizada no Município de São Miguel do Iguaçu, às margens do Rio Paraná, foi oferecida à comunidade Guarani antigo Tekoha Guasu Ocoy-Jacutinga, localizada em Foz do Iguaçu.

O desenraizamento forçado da comunidade foi atravessado por violações de direitos e produção de dados e informações que prejudicaram os Guarani. Brant de Carvalho (2013) registra todo o processo de desterritorialização que contou com a omissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional de Povos Indígenas (FUNAI), desrespeito aos Estatutos da Terra e do Índio e da própria Constituição Federal de 1967 e Emenda Constitucional de 1969.

No processo de ressarcimento pela tomada das terras, Brighenti (2018) descreve que a contagem das não foi realizada corretamente, o que levou a superlotação do assentamento e tornando os territórios ínfimos. Ao deixarem seu território, as comunidades Guarani, deixaram para trás elementos de sua cultura. Um exemplo disso são os cemitérios indígenas, submersos pelas águas da Itaipu nos quais repousavam os antepassados dos moradores da época. O relatório do grupo de trabalho XV, referente a construção da Itaipu, relata a existência de cemitérios indígenas e que estes ficariam submersos pelas águas, gerando perdas espirituais e simbólicas que os indígenas (Alcantara *et al.*, 2019).

Além disso, a realocação da comunidade para o assentamento gerou problemas territoriais. Devido a diminuição do território indígena, causado pelo superpovoamento, houve a redução da área de terra de cada família, afetando as atividades de agricultura e extrativismo, de subsistência da comunidade, elementos da cultura indígena e a transmissão do conhecimento. O que se percebe é que houve uma ruptura com atividades cotidianas, outras permanecem com adaptações ao ambiente em que estão e algumas permanências que ficam sempre tensionadas pela ausência dos meios para que elas possam ser desenvolvidas dentro de seus modos de vida.

Um outro fator que deve ser considerado, é que o território do assentamento, não disponibiliza da quantidade de mata como a anterior, prejudicando a atividade extrativista da comunidade, elemento cultural indígena e modo de subsistência (caça, pesca e coleta de frutos, etc.), agricultura e, em menor quantidade, artesanato. Sob esse aspecto, a caça é inexistente, especialmente em Ocoy que o ocupa uma Área de Preservação Permanente, as variedades de peixes e a qualidade ficam limitadas pelas propriedades da água no Lago de Itaipu. O artesanato constitui a principal atividade econômica das famílias.

Considerando a ação de outros grandes empreendimentos de energia, a usina hidrelétrica de Belo Monte, que represou o rio Xingu no Pará em 2015, retirou 80% da água de um trecho de 100 km

conhecido como a "Volta Grande do rio Xingu". Esse impacto afetou duas terras indígenas ao longo desse trecho, além de uma terceira localizada em um afluente que se junta ao rio Xingu na mesma área, que também dependia da pesca na Volta Grande (Fearnside, 2020).

A população indígena impactada pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte na "Volta Grande do Xingu" foram os povos Juruna (Yudjá) e os Arara da Volta Grande. Ademais, outros povos da região também foram atingidos, como os Xikrin, que habitam terras próximas e dependem do rio para a pesca. Além do deslocamento forçado, os indígenas enfrentaram a perda de áreas de pesca, a contaminação dos rios e a destruição de áreas sagradas. Estes impactos não só comprometem a subsistência das comunidades, mas também destroem práticas culturais e espirituais profundamente enraizadas (Fearnside, 2015).

As populações no entorno do rio Xingu, indígenas, pescadores e ribeirinhos tem como prática combinar a agricultura, o extrativismo, caça e pesca para sua reprodução material e social. Estas são estruturadas em conhecimentos tradicionais e saberes práticos, desenvolvidos e sistematizados consoante as variações sazonais, assim expressas: vazante/seca/periódico de estiagem/chuvas. Para esses ribeirinhos e indígenas, o Xingu é a extensão do modo de vida, além da principal via de transporte e comunicação (Oliveira e Cohn, 2014).

Para o povo Yudjá, já não é possível prever as características do rio, tornando-o desconhecido,

Toda nossa vida foi em torno da pesca e do rio Xingu. Agora estamos tendo que nos adaptar a viver no seco, da terra. Nossas roças sempre foram pequenas porque a base de nosso consumo alimentar sempre foi o peixe e a tracajá. Fomos obrigados, depois da barragem, a sair do rio e viver no seco. Isso é muito ruim. Estamos tentando nos adaptar, mas o que nós gostamos mesmo de fazer é pescar e nadar (Pezzuti *et al.*, 2018, p. 41, entrevista de Bel Juruna).

O rio Xingu, faz parte da própria existência do povo Yudjá, um depende do outro. Com suas práticas preservaram o curso da água, conservando a biodiversidade, inclusive os peixes ornamentais, enquanto seguia seu em direção ao rio Amazonas (Tozi e Ribeiro, 2022).

Nós, índios Juruna, da Comunidade Paquiçamba, nos sentimos preocupados com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Porque vamos ficar sem recursos de transporte, pois aonde vivemos vamos ser prejudicados porque a água do rio vai diminuir como a caça, vai aumentar a praga de carapanã com abaixa do rio, aumentando o número de malária, também a floresta vai sentir muito com o problema da seca e a mudança dos cursos dos rios e igarapés... [...] (Sevá Filho, 2005, p. 74).

Bel Juruna em entrevista a Pezzuti et al. (2018), enfatiza que é necessário levar em consideração o um conjunto de mudanças no estilo de vida dessa população:

ter de se adaptar a viver no seco. Essa mudança ontológica figura um grande esforço de

adaptação que não se tem feito sem grande peso. Obrigar um povo canoero a ter de viver no seco é uma situação de extrema mudança nas práticas cotidianas, cosmológicas, culturais e sociais. Como disse dona Jandira, “nós, Juruna, não temos pés, temos canoa para navegar no rio, assim nós somos” (idem, p.46).

[...] as narrativas míticas reforçam a conexão que vincula os Juruna (Yudjá) e o rio Xingu como partes inseparáveis do mesmo regime expressivo de existência, mostrando ser possível afirmar que o desaparecimento de um pode levar ao desaparecimento de outro (idem, p.11).

Os danos causados aos povos indígenas pela hidrelétrica de Belo Monte foram significativas e não se limitam apenas às mudanças no modo de vida dessas comunidades, mas também à perda de sua identidade e do direito à preservação de registros históricos. O empreendimento colocou em risco sítios arqueológicos, cemitérios e locais sagrados, ameaçando a preservação do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas ao longo do rio Xingu (Pezzuti *et al*, 2018).

Para o cacique Mobu Odo, do povo Arara da Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca do Iriri, “os danos causados pela usina à cultura dos indígenas da região são irreparáveis. Interferiu muito na nossa cultura. Muito jovem da aldeia não quer mais respeitar nossa cultura” (Gimenes, 2020, s/p).

Os saberes tradicionais dos povos indígenas são profundamente entrelaçados com o meio ambiente, e possuem raízes fincadas em seus territórios. Por isso, a sanha desenvolvimentista que caracteriza a sociedade ocidental, com seus grandes empreendimentos predatórios, vez em sempre impacta de modo nefasto a vida desses povos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou que os grandes empreendimentos econômicos, como as hidrelétricas, têm impactos significativos e multifacetados sobre os territórios e os saberes tradicionais das comunidades indígenas. Esses projetos frequentemente resultam em desmatamento, poluição e degradação ambiental, afetando diretamente os ecossistemas dos quais essas comunidades dependem. Além disso, a apropriação e transformação desses territórios para fins econômicos levam à desintegração das práticas culturais e sociais fundamentais para a perpetuação dos conhecimentos ancestrais.

A análise destacou a necessidade urgente de uma perspectiva decolonial para entender e resistir às práticas coloniais e neocoloniais que ameaçam esses territórios e saberes. A preservação dos territórios tradicionais é essencial para a continuidade e transmissão dos conhecimentos ancestrais, que são parte integrante da identidade e sobrevivência dos povos indígenas.

Além disso, os saberes tradicionais incluem práticas sustentáveis e de conservação que são cruciais para a preservação da biodiversidade. Técnicas de manejo de recursos naturais, conhecimentos sobre ecossistemas e práticas de cultivo sustentável exemplificam como esses conhecimentos podem contribuir para a gestão ambiental. A valorização desses saberes pode levar a

uma abordagem mais equilibrada e sustentável no uso dos recursos naturais, e pode contribuir para a construção de outros modelos de sociedade e de outras formas de relacionar-se com a terra/território.

Portanto, proteger os territórios tradicionais e promover o diálogo interepistêmico são passos cruciais para combater a colonialidade, preservar a diversidade cultural e biológica, e criar um futuro mais sustentável para todas as comunidades. A preservação dos saberes tradicionais não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para a sustentabilidade ambiental e o bem-estar global.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Gustavo Kenner et al. (orgs.). Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais. Brasília: ESMPU, 2019. Disponível em: https://www.mppsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Ava-Guarani.pdf . Acesso em : 17 maio 2024.
- BARROS, Flávio Bezerra. Correia, João Roberto. Petrantonio, María Marcela. Barrera-Bassols, Narciso. Kubo, Rumi Regina. Agroecologia e povos tradicionais na América Latina – Brasília, DF: Embrapa, 2023. (354 p.) . Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1158494>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BATISTA, Kátia Mara. MILIOLI, Geraldo. CITADINI-ZANETTE Vanilde. Saberes Tradicionais de Povos indígenas como referência de uso e conservação da biodiversidade: considerações teóricas sobre o povo mbya guarani. *Ethnoscientia*.v5. 2020. 268f. Disponível em : <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/view/10299>. Acesso em: 16 jun.2024.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.
- BOSCOLO, Odara Horto. ROCHA, Joyce Alves. Saberes tradicionais e a segurança alimentar. In: SANTOS, Marcelo Guerra. QUINTERO, Mariana. Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 50-71. ISBN:978-85-7511-485-8.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Território extinto: análise dos discursos e práticas guarani sobre as terras tragadas por Itaipu Binacional. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 2, n. 2, p. 87-106, 2018. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/1160> . Acesso em: 16 jun.2024.
- CARVALHO, Maria Lucia Brant de. Das terras dos índios a índios sem terras. O Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- CASTRO, Edna Maria. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *Revista Papers do NAEA*, v. 1, n. 1 (1998). Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11834>. Acesso em: 16 maio 2024.
- CUNHA, Manuela Carneiro. Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, maio/ago. 1999.
- DIEGUES, Antonio Carlos ; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA. 2001. 176 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>; Saberes. Acesso em: 16 maio 2024.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán: Envión Editores, 2008. Disponível em: <https://www.ramwan.net/restrepo/documentos/Territorios.pdf> . Acesso em 11 jul.2024.

FEARNSIDE, Philip Martin. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais. Manaus: Editora do INPA, 2015. Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4684/1/hidrelectricas_na_Amazonia_v1.pdf Acesso em: 15 jun.2024.

FEARNSIDE, Philip Martin. Hidrelétricas e povos tradicionais: Barragens já existentes. Amazonia Real, 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/hidrelectricas-e-povos-tradicionais-2-barragens-ja-existentes/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios. Revista Tellus, ano 5, n. 8/9, p. 29-35, abr./out. 2005. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/93> . Acesso em: 26 jul. 2024.

GARNELO, Luiza. Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012.

GARNETT, ST; BURGESS, ND; FA, JE; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Á.; MOLNÁR, Z.; ROBINSON, CJ; WATSON, JEM; ZANDER, KK; AUSTIN, B.; BRONDÍCIO, ES; COLLIER, NF; DUNCAN, T.; ELLIS, E.; GEYLE, H.; JACKSON, MV; JONAS, H.; MALMER, P.; MCGOWAN, B.; SIVONGXAY, A.; LEIPER, I. Uma visão espacial da importância global das terras indígenas para a conservação. Sustentabilidade da Natureza , v. 1, n. 7, pág. 369-374, 2018.

GIMENES, Erick. Justiça reconhece etnocídio causado por Belo Monte a indígenas e ordena mudanças. Brasil de Fato. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/18/justica-reconhece-etnocidio-causado-por-belo-monte-a-indigenas-e-ordena-mudancas>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. DOI: 10.54446/bcg.v2i3.86. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458>. Acesso em: 24 ago.2024.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HUSSERL, Edmund. La idea e la Fenomenología. México: Fondo Cultural Económico, 1982.

KRENAK, Ailton. A terra cansa. Entrevista dada ao livro “Povos Indígenas no Brasil 2017-2022. ISA, 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/ilton-krenak-terra-cansa>. Acesso em 06 jul. 2024.

KRENAK, Shirley. Universidades têm o dever de promover o respeito aos povos indígenas. UFFJ. Notícias. 19 de abril de 2024. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2024/04/19/shirley-krenak-universidades-tem-o-dever-de-promover-o-respeito-aos-povos-indigenas/#:~:text=destaca%2dse%20o%20vasto%20conhecimento,globais%2c%20como%20as%20mudan%C3%a7as%20clim%C3%a1ticas>. Acesso em: 13 maio 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de, COHN, Clarice (Orgs) Belo Monte e a questão indígena. Brasília - DF: ABA, 2014. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/371965242_Belo_Monte_e_a_questao_indigena. Acesso em: 29 jun. 2024.

PEZZUTI, Juarez. CARNEIRO, Cristiane. MANTOVANELI, Thais. GARZON ROJA, Bibiany. Xingu. O rio que pulsa em nós: monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2018. Disponível em: https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2019-02/xingu_o_rio_que_pulsa_em_nos.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades indígenas. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. 96 p

SANTILLI, Juliana. Sociambientalismo e Novos Direitos. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SILVA, Ana Paula da. Narradores Tupinambá e Etnosaberes nas crônicas francesas do Rio de Janeiro (1555-78) e do Maranhão (1612-15). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, PPGMS/UNIRIO, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12307> . Acesso em: 27 jul. 2024.